



SÉTIMA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA)

Cidade do México, México
Novembro 2010

REUNIÃO DE TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS

RELATÓRIO FINAL

Original: espanhol

A reunião de trabalho do grupo de parlamentares das Américas teve lugar no Hotel Marriott, na Cidade do México, na quarta-feira 17, quinta-feira 18 e sexta-feira 19 de novembro de 2010 com a participação dos delegados do Canadá, Chile, Dominica, Equador, Haiti, México, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago.

A Congressista Linda Machuca Moscoso do Equador presidiu as sessões do Grupo.

APRESENTAÇÕES

O Grupo de Trabalho assistiu à apresentação de Gloria Young, Diretora do Centro de Estudos e Competências em Gênero. Sua apresentação e o debate são resumidos a seguir:

Sra. Gloria Young

O tema de sua exposição foi os Avanços, problemas e desafios da participação política eleitoral da mulher afro-caribenha.

Ela mencionou que a relação histórica das mulheres com respeito a seu sexo, por sua origem étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual, idade, deficiência ou ambiente rural ou urbano onde moram, tem sido motivo de muitos estudos. Os organismos internacionais têm reconhecido a desigualdade em que vivem muitas populações como a dos afro-descendentes, constituindo assim um avanço político importante. As mulheres enfrentam numerosas formas de discriminação. Disse que as ferramentas internacionais têm um papel importante no desenvolvimento humano que inclui as mulheres afro-caribenhas, assim, é importante assinalar que a partir de 1948, quando foi aprovada a Convenção para Prevenção e Sanção do Delito do Genocídio, a qual formou base em 1963 para a Declaração sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, se desenvolveram toda uma série de ações legais internacionais, que lograram impulsionar a criação e a consolidação das Redes de Mulheres étnicas no nível internacional.

Em 1966 foi declarado o 21 de março, Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, e foi realizado o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em 1973 a Convenção Internacional para a Repressão e o Castigo do Crime de Apartheid foi realizada e assim começou o Primeiro Decênio da luta contra o Racismo e Discriminação Racial (1973-1982) que nos dirige à Primeira Conferência Mundial para Combater o Racismo e a



Discriminação racial em 1978 em Genebra, ainda que os movimentos de identidade das mulheres afro-caribenhas continuam lutando com esforços, tentando promover a demanda de políticas públicas específicas para seu setor.

É digno de menção que a exclusão das mulheres afro-descendentes em nosso continente marca uma etapa distinta desde nossas conversações, pactos e conferências internacionais.

Com a inauguração da Segunda Conferência Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial, em 1983, em Genebra, o multiculturalismo, como fenômeno social e global, impôs uma dinâmica diferente ao tema da exclusão.

Ao fim do segundo Decênio da luta contra o Racismo e Discriminação Racial (1883-1992) e no começo de seu terceiro Decênio (1994-2003), as mulheres afro-caribenhas e afro-latino-americanas, em seus distintos focos de organização e mobilização, já tinham concordado em contribuir com a procura de um sentido de pertencimento, da afirmação de uma identidade cultural.

Young enfatizou que um novo horizonte está próximo, já que as Conferências contra o Racismo e Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, constituem o compromisso de mais de 100 Estados para ratificar a urgência de medidas, não somente pelo tema de Apartheid, mas pela discriminação de raça, sexo e intolerância.

Para alcançar a apropriação pessoal e política, as afro-caribenhas, igualmente que as indígenas, não são somente exigidas com a mesma capacidade de liderança que qualquer outro líder, mas também têm que cumprir com estereótipos raciais.

Liderança: a mesma capacidade de liderança que qualquer outro, assim como se enfrentar ao clientelismo político e ser firme frente aos votos de opinião.

Diálogo Intercultural: ir além do discurso étnico, olhando e consolidando o espaço étnico na política eleitoral, mas também procurar o equilíbrio entre o aporte do multiculturalismo e o terreno político eleitoral. *O fio condutor.* Interesses comuns para dialogar.

O tempo: hoje é o tempo de decidir. O tempo nos pressiona e devemos aprender a levantar fundos.

Fazer alianças com o movimento das Mulheres, com os grupos abertos de feministas, com as expressões coletivas que colaboram com a construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e pluralista, com a Rede de Mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas, onde participam organizações e mulheres negras de mais de trinta países da região e com a Rede de Mulheres indígenas. Fazer alianças com associações cívicas e com os grupos étnicos locais organizados dos países é um passo importante para reagir. Desta maneira a diferença será reconhecida e valorizada, e inclusive, estendida. A homogeneidade abre espaço a uma maravilhosa heterogeneidade, onde cabem as mulheres afro-latino-americanas, afro-caribenhas e indígenas.

É importante saber que uma nova cultura política é imposta. Se durante anos os protagonistas masculinos do poder político têm imposto uma política cativa da economia, uma política autoritária, centralista, que tem esvaziado o conteúdo dos sistemas democráticos, agora, os povos precisam de um novo estilo de liderança. Para que nos países a democracia realmente se aprofunde e consiga se estender, falta outro tipo de políticos(as). As mulheres têm uma grande oportunidade neste campo.



Revertendo o menosprezo, a negação, o estereótipo e a discriminação por conquistas efetivas no território eleitoral, nesse campo a imagem é importante, mas as mulheres na política têm que desenvolver o discurso para chamar a atenção por ele. Da mesma maneira o discurso integra um plano de trabalho, um projeto político e uma visão ideológica.

O discurso da *multiculturalidade* é excedido pelos problemas integrais do país, por um universo de globalização. Produzir um discurso da diferença, a partir do olhar das mulheres, este deve ser um discurso a partir da inclusão e do fortalecimento do movimento étnico com eficácia e permanência.

Sra. Linda Machuca Moscoso

A presidenta do Grupo de Mulheres prosseguiu apresentando o relatório do encontro realizado em Quito, Equador, nos dias 11 e 12 de agosto de 2010, onde estiveram presentes 16 países com 45 parlamentares das Américas que analisaram o tema: “Mulheres no poder: Desafios para o século XXI”. Ela mencionou a publicação do relatório que relata as memórias deste evento com suas expectativas, seus avanços e suas melhores práticas no caminho da inclusão das mulheres dentro da política, assim como a Declaração de Quito, a qual recolhe algumas disposições do evento, estas podem se consultar no website do FIPA. Citaram-se “os dez mandamentos da Mulher Política na comunicação” para ganhar espaços e plantar as idéias de colaboração por parte das mulheres parlamentares.

DISCUSSÕES

Os participantes debateram questões relacionadas com a situação atual da participação da mulher na política e a problemática familiar que enfrentam, assim como o tema da confiança em sua capacidade e direito a exercer seu papel como representante política de homens e mulheres. Os participantes compartilharam alternativas de resolução que estão sendo realizadas em seus países como as de melhorar e facilitar a participação ativa das mulheres na política.

GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMERICAS

Reunidas na Cidade do México nos dias 17, 18 e 19 de novembro no marco do sétimo Fórum Interparlamentar das Américas.

Considerando:

- Que o grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA, tem como objetivo fortalecer a liderança das mulheres na política através das ações permanentes de intercambio regional. Promover a criação de condições para a igualdade de oportunidades, tendo como prioridade a luta contra a pobreza e a eliminação da discriminação laboral. Fortalecer a democracia dos países da América, com o fim de lograr a vigência dos direitos humanos e condições que promovam um desenvolvimento social equitativo e defensável. Fomentar a criação de mecanismos que incentivem a participação das mulheres na política. Fortalecer a participação ativa das mulheres nos encontros de trabalho do FIPA, incorporando a perspectiva de gênero em cada um dos temas que analisa a organização.
- Que o grupo de Mulheres Parlamentares das Américas se reúne todos os anos com uma temática especial para se tratar no Fórum do FIPA.



- Que nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, foi realizada no México uma reunião de trabalho onde foi explicada a análise sobre a discriminação e dupla discriminação que sofrem as mulheres indígenas e afro-descendentes na América e como a discriminação é uma constante na participação das legisladoras das diversas latitudes.
- Que nos dias 11 e 12 de agosto de 2010 no Equador foi realizado o encontro das Mulheres Parlamentares das Américas chamado: “Mulheres no Poder: Desafios para o Século XXI”. Evento onde foram assumidos os seguintes compromissos expressados na Declaração Final:
 1. Fortalecer as ações parlamentares e ampliar sua incidência com o fim de avançar de uma maneira sustentada dirigida ao cumprimento real dos direitos das mulheres.
 2. Trabalhar para assegurar a inclusão transversal da perspectiva de gênero nas gestões legislativas em todos e em cada um dos projetos de lei, para melhorar a posição dos direitos das mulheres e eliminar toda forma de exclusão.
 3. Promover reformas constitucionais para que a legislação interna concorde com os instrumentos internacionais à favor das mulheres, como são a Convenção Belém do Pará, a CEDAW e a Plataforma de Beijing, como o fim de superar inconsistências de aplicação.
 4. Comprometer os parlamentares com propostas à favor das mulheres e igualdade substantiva entre homens e mulheres, como único caminho para impulsionar a transformação social.
 5. Fortalecer a apropriação das mulheres mediante a integração com outras parlamentares e organizações de mulheres, dentro e fora do país, para trabalhar solidariamente e compartilhar experiências, conhecimentos e propostas.
 6. Realizar nossa gestão legislativa sob os princípios de um Estado e de uma ética laica, para a construção de leis e para as ações de fiscalização em benefício de todas as mulheres a partir de sua diversidade e especificidade.
 7. Pedir às autoridades competentes a ratificação, subscrição e cumprimento dos instrumentos internacionais em matéria de direitos de meninas, adolescentes e mulheres.
 8. Criar mecanismos para que a participação das mulheres seja desenvolvida no marco de avanços substantivos de igualdade entre mulheres e homens no setor privado, de tal maneira que compartilhem responsabilidades domésticas e mais tempo seja liberado para que as mulheres possam ter uma maior participação e melhores níveis de aproveitamento dos direitos que estão restringidos pela dupla e tripla jornadas.
 9. Compartilhar o trabalho legislativo e fiscalizador dos parlamentos com uma organização de mulheres e sociedade civil organizada, que possibilite uma verdadeira participação cidadão e rendição de contas.
 10. Fiscalizar os órgãos públicos sobre o cumprimento dos direitos das mulheres no marco de suas competências.
 11. Garantir o acesso equitativo de homens e mulheres aos processos de comunicação social, com o fim de desterrar conteúdos sexistas e discriminatórios, através de uma abordagem comprometida com o exercício pleno dos direitos das mulheres, sua difusão e defesa.
- Reconhecemos que a falta de participação da mulher na ordem política e nestes espaços de discussão não são resolvidos unicamente com apoios para a criação dos filhos e por isso



precisamos promover a co-responsabilidade entre os pais, especialmente como uma forma de colaboração com a mulher em suas diferentes tarefas relacionadas com o trabalho e a família.

- Devemos preparar uma temática para o novo Encontro de Mulheres Parlamentares das Américas em 2011.
- Estamos elaborando uma planificação de atividades do grupo parlamentar para o ano de 2011.

Baseando-se nas deliberações da Reunião de trabalho dos dias 17, 18 e 19 de novembro que tiveram lugar na VII Assembléia do Fórum Interparlamentar das Américas na Cidade do México, e nas considerações expostas por este grupo, O GRUPO DAS MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS faz a seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES

1. Criar uma rede de mulheres políticas que sirva como apoio e acompanhamento a aqueles que participaram no passado e aqueles que participam na atualidade nos espaços de eleição popular. Com o fim de desenhar estratégias de *empoderamento*, começando por desarticular os obstáculos que impedem uma efetiva participação eleitoral, aproveitando o capital político acumulado das mulheres que estiveram anteriormente nos Parlamentos.
2. Organizar, a partir do espaço do FIPA uma escola de formação política internacional de Competências para as mulheres parlamentares, com o objetivo de lograr ações parlamentares de qualidade a partir de uma perspectiva de gênero, onde as parlamentares desenvolvam as habilidades necessárias para formular projetos legais de impacto em seus países e o seguimento deles, assim como o desenho de métodos para a efetiva comunicação com os/as eleitores, desenvolvimento de mensagens, trabalho com a mídia e outros aspectos importantes do desenvolvimentos parlamentar.
3. Solicitar que nos eventos futuros, a agenda do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas estabeleça igualdade de importância para a análise dos temas de gênero nas reuniões parlamentares. Particularmente nos temas que tratam do uso do tempo, metodologia e promoção da participação.
4. Renovar os temas a tratar nos Encontros de Mulheres, superando a análise da situação para se concentrar nas propostas e estratégias.
5. Efetuar ações com o fim de que o Grupo de Mulheres do FIPA possa estabelecer uma relação mais direta com outras organizações parlamentares afins.
6. Subscrever plenamente o conteúdo da Declaração de Quito emitida pelo Grupo de Mulheres Parlamentares em agosto de 2010.



7. Vigiar a implementação das políticas públicas implementadas por nossos países, que contribuam a conciliar o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho nos espaços públicos.
8. Promover em nossos países novas práticas educativas, com as quais as novas gerações possam desenvolver uma mudança de práticas e papéis que têm sido atribuídos exclusivamente às mulheres.
9. Organizar outras atividades além do Encontro anual do Grupo de Mulheres do FIPA, para envolver as mulheres dos parlamentos das Américas nos diferentes países.
10. Construir e fortalecer as relações entre as mulheres parlamentares das Américas e as Redes de Mulheres Afro-caribenhas, Afro-latino-americanas e a Diáspora, igualmente com a Rede de Mulheres Indígenas a fim de discutir, intercambiar, avaliar a situação de discriminação, violação de direitos humanos, pobreza e subordinação cultural que parecem as mulheres na América Latina e no Caribe.
11. Desenvolver ações de seguimento aos compromissos e recomendações assumidas pela participação do grupo parlamentar.

PARTICIPANTES

PAÍS		NOME
CANADÁ	M.P.	Earl Dreesen
CHILE	Deputada	Cristina Girardi Lavín
CHILE	Deputada	Ma. Angélica Cristi Marfil
DOMINICA	M.P.	Gloria Shillingford
EQUADOR	Congressista	Gastón Gagliardo
EQUADOR	Congressista	Lídice Larrea
EQUADOR	Congressista	Linda Machuca
HAITI	Senadora	Edmonde Bauzile
HAITI	Senador	Jean Baptiste Willy
MÉXICO	Senadora	Adriana González
MÉXICO	Senadora	María Serrano
PANAMÁ	Deputada	Dana Castañeda
PARAGUAI	Senadora	María Digna Roa
TRINIDAD E TOBAGO	M.P.	Dr. Fuad Khan